

PF diz que não há indícios de crime por parte das vinícolas

Após cumprimento de mandados, delegado afirma que investigação prossegue em relação à fornecedora de mão de obra

HUMBERTO TREZZI
humberto.trezzi@zerohora.com.br

ALINE ECKER
aline.ecker@pioneiro.com

MILENA SCHÄFER
milena.schaefer@rdgaurha.com.br

Em entrevista coletiva após o cumprimento de sete mandados de busca e apreensão em Bento Gonçalves e Garibaldi, na Serra, na sexta-feira, o delegado Adriano Medeiros do Amaral, da Polícia Federal (PF), afirmou que a investigação sobre o resgate de 207 safristas da colheita da uva em situação análoga à escravidão em 22 de fevereiro não encontrou até agora evidências de que as três vinícolas envolvidas na denúncia, Aurora, Salton e Garibaldi, tivessem participação direta no crime de exploração dos trabalhadores.

Até o presente momento, e a gente pesquisou bastante sobre isso, nas provas que a gente tinha aqui, não foi encontrado nenhum indício de participação das vinícolas no crime de redução ao trabalho análogo ao escravo – disse o delegado, que é o responsável pela investigação.

Conforme Amaral, o que foi identificado é “um contrato de fornecimento de mão de obra por

uma empresa terceirizada”. Em razão disso, a investigação está concentrada nessa empresa, que é a Fênix Serviços Administrativos e Apoio à Gestão em Saúde Ltda. Ainda assim, o delegado afirmou que representantes das vinícolas serão ouvidos pela PF.

A corporação atua na investigação criminal. O episódio na Serra também envolve outras esferas de apuração. Na semana passada, as vinícolas Aurora, Salton e Garibaldi, que utilizaram a mão de obra fornecida pela empresa investigada, assinaram acordo com o Ministério Público do Trabalho, assumindo uma série de compromissos para evitar que situações de trabalho análogo à escravidão se repitam. Além disso, as vinícolas vão pagar R\$ 7 milhões a título de indenização.

Mandados

Ao todo, seis mandados de busca e apreensão foram cumpridos na manhã de sexta-feira, para aprofundar as investigações e coletar novos elementos de prova a respeito do caso. A ação, que foi denominada Operação Descaro e começou por volta das 6h, contou com apoio do Exército e da Brigada Militar (BM).

Seis pessoas, cujas identidades

não foram reveladas pela PF, foram alvos das medidas judiciais executadas. Elas são suspeitas de integrar uma organização criminosa voltada à prática do crime de exploração de trabalho análogo à escravidão.

A reportagem apurou que a ação mirou dois empresários, um policial militar e três seguranças. Eles são investigados por manter os trabalhadores em condições degradantes, tanto na colheita da uva quanto em um alojamento em Bento Gonçalves, onde pernoitavam. O local foi interditado por fiscais do Ministério do Trabalho, do MPT e policiais rodoviários federais.

Conforme as investigações da PF, os trabalhadores eram recrutados em outros Estados, principalmente na Bahia, pela empresa prestadora de serviços de apoio administrativo. Os relatos indicam que as vítimas estavam sem receber salários, contraíam dívidas com juros abusivos e tinham a liberdade de locomoção restringida, além de sofrerem agressões físicas. Foram apreendidos, além de celulares, armas e computadores, um aparelho de choque.

O material apreendido será analisado e, em um segundo momento, serão chamados os investigados para prestarem depoimento.



Armas foram apreendidas em ação contra terceirizada e outros

Empresários, seguranças e policial afastado são alvos

A reportagem descobriu que um dos alvos dos mandados era o empresário Pedro Augusto Oliveira de Santana, radicado há 10 anos na Serra. Especializado em intermediar fornecimento de mão de obra para empresas de manutenção de frango e uvas, ele contrata muitos conterrâneos, da Bahia e se tornou suspeito de manter trabalhadores em condição análoga à escravidão. Foram revistadas uma empresa dele, situada em Garibaldi, e a residência em Bento.

Também foram apreendidas 10 armas. A maioria delas pertence a Santana. O armamento consta no Sistema do Exército (Sigma) e está regularizado na modalidade Caçador/Atrador/Coletor (CAC), mas foi apreendido porque estava

armazenado de forma inadequada.

Outro dos mandados foi contra o soldado Márcio Squarcieri, 39 anos, que atua no 3º Batalhão de Policiamento de Áreas Turísticas (Bpat), em Bento, mas foi afastado do serviço. Ele é suspeito de chefiar a segurança na pousada de onde os safristas foram resgatados e de tortura. Outros três seguranças da pousada também foram alvo da ação de busca e apreensão.

A operação ainda realizou buscas contra o dono do alojamento onde foram encontrados os 207 safristas da uva. É Fábio Daros, empresário de Bento Gonçalves, que também é proprietário de lotérica e loja de carros usados. Daros já foi preso por recepção de veículo roubado anos atrás.

MPT assina acordo com recrutador em Uruguai

O Ministério Público do Trabalho no Rio Grande do Sul (MPT-RS) firmou um termo de ajustamento de conduta (TAC) com um dos agenciadores identificados por contratar parte dos 85 trabalhadores, incluindo 11 adolescentes, que foram resgatados em duas granjas produtoras de arroz em Uruguai, no dia 10 de março.

O acordo prevê o pagamento de uma indenização de R\$ 20 mil, que serão revertidos para projetos de erradicação do trabalho escravo na região.

Pelo TAC, ele assume, entre outras, a obrigação de não aliciar trabalhadores, locais ou de outras regiões, com falsas promessas, de não agenciador trabalhadores para exploração em situação degradante, de custear transporte e acomodação aos contratados, além de não empregar menores de 18 anos em serviços não recomendados e não empregar adolescentes dos 14 aos 16 anos a não ser na condição de aprendiz, e de acordo com a lei.

Ao todo, o termo contempla 14 obrigações.

Contrapontos

QUE DIZ A DEFESA DE PEDRO SANTANA

O advogado Augusto Giacomini Werner divulgou nota a respeito da ação da PF: “O senhor Pedro é o maior interessado que a verdade dos fatos seja desvelada, motivo pelo qual, desde o início, colabora com as investigações realizadas pelas autoridades. No que se refere às armas, sua propriedade tratase de um direito do Sr. Pedro, que as mantém em condições regulares e registradas perante o órgão competente, de forma que as mesmas, ao contrário do que listado pelos meios de comunicação, somente foram apreendidas pelo fato de que, com a abertura do inquérito, abre-se processo administrativo junto à instituição para que apure sobre a manutenção da idoneidade do titular do direito. A desinformação

da sociedade prejudica tanto as investigações, como a própria vida do Sr. Pedro, empresário de carreira sólida e reputação inquestionável que, antes de exercer o seu direito de ampla defesa no decorrer do devido processo legal, já é tratado por muitos como culpado”.

QUE DIZ A DEFESA DE FÁBIO DAROS

A advogada Vanessa Dal Ponte afirmou que o processo corre em segredo de Justiça e que Fábio Daros não foi citado formalmente, até o momento. Dal Ponte disse ainda que não teve acesso aos autos do processo e que ela e o cliente mantêm uma “postura colaborativa com a polícia no que for necessário para o esclarecimento dos fatos”. Na operação de sexta, o mandado foi cumprido na casa de Daros e,

conforme a advogada, nada foi apreendido no local.

QUE DIZ A DEFESA DE MÁRCIO SQUARCIERI

O defensor dele, Maurício Custódio, está contrariado com o afastamento do policial do serviço. Considera isso um “prejuízo”, precipitado” do PM, que inclusive tem condecorações na ficha funcional. E que a Corregedoria da Brigada Militar fez o trabalho de maneira atabalhoada. Custódio também critica a falta de cautela na tentativa de obter confirmação de que Squarcieri é o PM apelidado de “Escocês” pelos safristas que acusam ele de tortura. O advogado diz que seu cliente está ameaçado e resalta que nenhum objeto apreendido demonstra qualquer ilegalidade praticada pelo policial militar.

Veículo: Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

Seção: Trabalha análogo à escravidão **Página:** 9